

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Aos Diretores, Conselheiros e Instituidores do
Instituto Cidades Sustentáveis
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Cidades Sustentáveis (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Cidades Sustentáveis em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e às entidades sem finalidade de lucro.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Instituto Cidades Sustentáveis, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessário para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar o Instituto Cidades Sustentáveis ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto Cidades Sustentáveis;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto Cidades Sustentáveis;
- Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto Cidades Sustentáveis a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

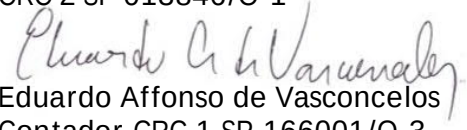


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 05 de junho de 2020.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1


Eduardo Affonso de Vasconcelos
Contador CRC 1 SP 166001/O-3

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2019	2018		Nota explicativa	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.379.334	5.875.586	Fornecedores		43.259	1.536
Adiantamento Funcionários		9.529	20.336	Obrigações sociais	7	103.467	176.289
Despesa antecipada		6.292	17.516	Obrigações tributárias	8	64.798	87.184
		6.395.155	5.913.438	Folhas a Pagar		144.643	277.462
				Adiantamentos de projetos	9	3.739.555	2.326.240
				Aluguéis a pagar		-	7.753
						4.095.722	2.876.465
Não circulante				Patrimônio líquido			
Créditos e valores		59.868	59.868	Patrimônio social	10	3.226.230	3.911.311
				Déficit do exercício		(627.652)	(685.082)
Imobilizado	5	190.180	87.947			2.598.578	3.226.230
Intangível	6	49.097	41.441				
		239.277	129.388				
Total do ativo		6.694.300	6.102.695	Total do passivo e patrimônio líquido		6.694.300	6.102.695

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

	Nota explicativa	2019	2018
Receitas operacionais			
Instituto Arapyau		1.300.000	1.600.000
OPEN SOCIETY		171.131	605.000
Doações de pessoas jurídicas		151.171	-
Instituto Clima e Sociedade		100.255	-
Fundação Ford		393.413	534.347
Outras receitas		-	914
Receita com gratuidade	11	3.314	3.187
GEF		3.977.641	1.115.106
Van Leer		376.193	-
União Europeia		72.000	43.000
United Nations		-	208.968
Projeto Mobilidade e Clima para Cidades		-	8.990
		<u>6.545.118</u>	<u>4.119.512</u>
(Despesas) operacionais			
Pessoal		(3.456.365)	(3.703.214)
Administrativas		(2.375.871)	(636.802)
Representação		-	(194.321)
Eventos		-	(13.780)
Comunicação/Site		(1.296.351)	(391.720)
Publicações		(81.841)	(33.921)
Despesas com imóvel e depreciações		(40.187)	(24.587)
Tributárias		(121.897)	(139.513)
Despesa com gratuidade	11	(3.314)	(3.187)
		<u>(7.375.826)</u>	<u>(5.141.045)</u>
Resultado do exercício antes do resultado financeiro		<u>(830.708)</u>	<u>(1.021.533)</u>
Resultado financeiro, líquido		203.056	336.451
Déficit do exercício		<u>(627.652)</u>	<u>(685.082)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Déficit do exercício	(627.652)	(685.082)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(627.652)</u>	<u>(685.082)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)

	Patrimônio social
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.911.312
Deficit do exercício	(685.082)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.226.230
Deficit do exercício	(627.652)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.598.578

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

	2019	2018
Atividades operacionais		
Déficit do exercício	(627.652)	(685.082)
Depreciação e amortização	40.187	24.587
Baixa de ativos imobilizados	7.683	-
Déficit ajustado	(579.782)	(660.495)
Aumento líquido/(redução) de ativos:		
Adiantamento funcionários	10.807	(10.546)
Despesa antecipada	11.224	(1.902)
Creditos e valores	-	(59.868)
Aumento líquido/(redução) de passivos:		
Fornecedores	41.723	1.146
Obrigações sociais	(72.822)	22.051
Obrigações tributárias	(22.386)	10.355
Folhas a pagar	(132.819)	12.418
Adiantamentos de projetos	1.413.315	2.145.731
Alugueis a pagar	(7.753)	(29)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	661.506	1.458.861
Atividades de investimento		
Aquisições de imobilizado e intangível	(157.758)	(65.243)
Caixa consumido nas atividades de investimento	(157.758)	(65.243)
Acréscimo líquido de caixa e equivalentes de caixa	503.748	1.393.618
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.875.586	4.481.968
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.379.334	5.875.586
Acréscimo líquido de caixa e equivalentes de caixa	503.748	1.393.618

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

Instituto Cidades Sustentáveis (“ICS”, “Instituto” ou “Entidade”) é uma associação sem fins econômicos, e duração por tempo indeterminado, com sede e foro na Alameda Santos, 1787, conjunto 91 no bairro de Cerqueira César na Cidade de São Paulo, estado de São Paulo, cuja principal missão é mobilizar, sensibilizar e comprometer a sociedade e os governos locais para o desenvolvimento justo e sustentável das cidades, fundamentado pelo combate às desigualdades, pela promoção dos direitos humanos, pela participação social, bem como pelo respeito ao meio ambiente e pela transparência.

Com duas principais iniciativas, o Programa Cidades Sustentáveis e a Rede Nossa São Paulo, o ICS busca melhorar a qualidade de vidas das pessoas a partir do combate às desigualdades, da promoção dos direitos humanos, da participação social, da transparência e da defesa do meio ambiente.

Desde 2007 investindo esforços para melhorar a qualidade de vida das pessoas, o ICS alinha suas ações às agendas globais de desenvolvimento sustentável, como os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), anunciados pela ONU em 2015. Em sintonia com esse processo de alargamento de horizontes, em 2019 o Instituto São Paulo Sustentável se tornou o Instituto Cidades Sustentáveis. O novo nome reflete o reposicionamento da organização e seu desejo de ampliar sua atuação nas cidades do país, estabelecendo pontes entre temas municipais, nacionais e globais.

O ICS possui desde 2007 o reconhecimento de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (“OSCIP”) pelo Ministério da Justiça.

O ICS é reconhecido como Entidade Promotora de Direitos Humanos pela Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania e o certificado atual tem validade até 06 de outubro de 2020.

O Instituto é isento do recolhimento do Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos. A renovação desta isenção é feita anualmente.

As duas iniciativas abordam o tema dos direitos humanos de maneira transversal em todas suas atividades. O Instituto entende que apesar do Brasil ser signatário de vários compromissos com os Direitos Humanos é no dia-a-dia que se faz valer destes. Dessa maneira, o Instituto trabalha com vários atores e via diversas parcerias, fazendo incidência política, advocacy, construindo pontes entre setores como também fortalecendo e empoderando a sociedade civil para garantir o cumprimento de seus direitos. O Instituto acredita que política é um ato diário, e os representantes eleitos pela sociedade devem assegurar suas promessas políticas durante seus mandatos.

O Instituto trabalha de maneira apartidária para melhorar a qualidade de vida das pessoas, provendo insumos, capacitação técnica e instrumentos para melhorar a transparência e governança urbana para a elaboração de políticas públicas que promovam o desenvolvimento urbano sustentável.

Via o reconhecimento dos direitos humanos como universal à autodeterminação dos povos e do homem, a democratização e a emancipação, do direito à existência e luta contra o racismo e todas as formas de discriminação racial e social, o Instituto atua de maneira transversal atuando para:

- Mobilizar, sensibilizar e comprometer a sociedade e os governos locais para o desenvolvimento justo e sustentável das cidades, fundamentado pelo combate às desigualdades, pela promoção dos direitos humanos, pela participação social, bem como pelo respeito ao meio ambiente e pela transparência;
- Estimular o comprometimento dos governos municipais e a participação da sociedade com a agenda de desenvolvimento sustentável, por meio da construção de programas e políticas públicas e do controle social de sua implementação;
- Estimular a gestão pública e as organizações da sociedade civil a coletar dados e a criar indicadores e ferramentas para municiar ações de mobilização e criação de programas e políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável nas cidades e a relação entre as agendas local e global;
- Apoiar movimentos, iniciativas, projetos e programas que promovam o desenvolvimento sustentável, contemplando as dimensões política, econômica, social, ambiental e cultural nas cidades;
- Estimular e promover a implementação da agenda do desenvolvimento sustentável no município de São Paulo como referência para outras cidades;
- Promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais;
- Realizar estudos e pesquisas que digam respeito às atividades supramencionadas;
- Realizar e/ou apoiar diálogos, debates, palestras, conferências, seminários, feiras, congressos, encontros e eventos sobre desenvolvimento sustentável;
- Articular diferentes segmentos da sociedade – governos, empresas, sociedade civil e academia, visando dar consistência e incorporar outras perspectivas na construção da agenda do desenvolvimento sustentável;
- Integrar ações com outras entidades para potencializar ações conjuntas e evitar a replicação de esforços.

O Instituto cria instrumentos de “accountability” (prestação de contas) e transparência para salvaguardar a verdadeira democracia representativa.

O modelo de receita do ICS é composto por diferentes fontes de financiamento. Atualmente, os recursos proveem de fundações e empresas nacionais e internacionais. O Instituto não recebe recursos de governos locais, para garantir nossa autonomia e independência no monitoramento das agendas temáticas e produções de parecer técnico das gestões municipais. Vale ressaltar que o ICS possui financiadores de longa data que renovam anualmente seu apoio financeiro.

Fundação FORD - 32xSP

Fruto de uma parceria entre a Agência Mural de Jornalismo das Periferias e a Rede Nossa São Paulo, com apoio da Fundação Ford, o 32xsp é um projeto de comunicação que retrata a capital paulista a partir das suas subprefeituras e revela suas desigualdades por meio de dados, evidenciando protagonismos a outras narrativas. Aproxima os paulistanos da sua região administrativa, dá voz aos moradores e também abre caminhos para a interação da sociedade civil com o poder local. Contando com uma rede de jornalistas nos 96 distritos da cidade de SP, o 32xSP acredita na informação como ferramenta de engajamento dos cidadãos no seu território e, por fim, na vida da cidade.

Fundação Bernard Van Leer

Com o apoio da Fundação Bernard van leer, a Rede Nossa São Paulo junto a outros parceiros, em especial o GT Criança e Adolescente, conseguiu vários avanços institucionais na agenda para a primeira infância na cidade de São Paulo.

O objetivo é garantir uma equidade na qualidade de vida dessas crianças via serviços e infraestrutura adequada em todo o território da cidade. Para fortalecer o uso de evidência para criação de políticas públicas, se desenvolveu um Observatório para a Primeira Infância que agrega indicadores multisetoriais para fortalecer um olhar integrado para esse público e sua conexão com a cidade.

A partir deste foi criado o mapa da desigualdade para identificar desigualdades territoriais e assim pautar políticas públicas. O mapa de 2017 da RNSP apoiou na identificação dos 10 territórios prioritários para a execução do Plano Municipal para a Primeira Infância.

O segundo ano do projeto, 2018-2019, contemplou um foco no monitoramento do Plano Municipal da Primeira Infância e a capacitação do mesmo comitê, como também uma escuta de crianças nos territórios prioritários identificados pela prefeitura.

Instituto Clima e Sociedade

O projeto Coalizão Clima e Mobilidade financiado pelo Instituto Clima e Sociedade busca fortalecer o ecossistema de atores que já lideram o tema de mobilidade e clima na cidade de São Paulo. Seus dois grandes objetivos são: secretariar essa coalizão com o intuito de fomentar debates e qualificação de todos referente aos dispositivos de planejamento que já existem na cidade de São Paulo, como também pautar uma agenda propositiva e de visão a longo prazo para a cidade de São Paulo.

Fundação FORD - PCS

No âmbito do Programa Cidades Sustentáveis, o projeto tem como objetivo fortalecer e revitalizar ações que já acontecem em âmbito local e nacional no escopo do programa, entre elas: Elaboração e lançamento do Mapa das Desigualdades das capitais brasileiras, com recortes para a justiça racial e gênero; Atualização do Mapa da Desigualdade da Cidade de São Paulo; Edição do Prêmio Cidades Sustentáveis, com foco na redução das desigualdades - políticas públicas que apresentem resultados concretos na melhoria da qualidade de vida e na redução das desigualdades e Evento de premiação; Implantar o Sistema de Monitoramento dos ODS para os municípios signatários - Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC) e Referência de Metas Nacionais e Internacionais.

Instituto Arapyaú

O projeto “Desenvolvimento Sustentável por meio de Participação Cidadã - por cidades justas, democráticas e sustentáveis” tem o objetivo de apoiar as ações do Programa Cidades Sustentáveis, para sensibilizar e mobilizar a sociedade civil e governos municipais para adotar comportamentos, ações, práticas e políticas visando promover a democracia participativa e o desenvolvimento sustentável e justo nas cidades brasileiras, com especial ênfase na municipalização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. O projeto conta com duas linhas de atuação: Fortalecimento do Programa Cidades Sustentáveis e Plataforma do Conhecimento Cidades Sustentáveis; e 5 objetivos específicos: Consolidar o PCS, ampliar o controle social por meio da aprovação da Lei das Metas, desenvolver o projeto da Plataforma do Conhecimento, Conteúdo da Plataforma do Conhecimento e Desenvolver metodologia de planejamento integrado.

União Europeia

O projeto MobCidades - Mobilidade, Orçamento e Direitos visa fortalecer e fomentar a participação popular na gestão da mobilidade urbana, com foco na garantia do direito à cidade e ao transporte.

Projeto financiado pela União Europeia e gerenciado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) em parceria com 10 organizações integrantes da Rede Cidades, por Territórios Justos, Democráticos e Sustentáveis

Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF – Global Environment Facility)

O projeto “A promoção de cidades sustentáveis no Brasil – planejamento urbano integrado e o investimento em tecnologias” inovadoras é uma iniciativa multilateral que envolve o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), a prefeitura de Recife, o governo do Distrito Federal, o Programa Cidades Sustentáveis (PCS), o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e a Agência Recife para Inovação e Estratégia (Aries).

Financiado pelo Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês), o projeto será desenvolvido no âmbito do programa GEF-6 e tem como objetivo central desenvolver um ambiente web chamado Plataforma do Conhecimento, no qual serão disponibilizadas tecnologias, ferramentas e metodologias em planejamento urbano integrado para gestores públicos municipais, conteúdos técnicos e teóricos, além de notícias e informações sobre sustentabilidade urbana para o público geral.

A plataforma será desenvolvida com base nas estruturas do atual sistema online do Programa Cidades Sustentáveis, de modo que possa incorporar os novos conteúdos e funcionalidades previstos. Dentre os recursos oferecidos, as prefeituras contarão com sistemas para o monitoramento e análise de dados e indicadores, construção de metas e planejamento integrado de ações em diferentes áreas da administração municipal – como transportes, habitação, assistência social, saúde e educação, entre outras.

A nova plataforma abrangerá também o Observatório da Inovação, um conjunto de tecnologias desenvolvidas para diferentes tipologias de cidades, a fim de apoiar gestores municipais na produção de diagnósticos e identificação de soluções em planejamento urbano. O observatório será desenvolvido pelo CGEE, organização social ligada ao MCTIC que produz estudos e pesquisas prospectivas, avaliações de estratégias em políticas públicas e outras atividades nas áreas de educação, ciência, tecnologia e inovação.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e às entidades sem fins lucrativos, dispostas na NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pelas resoluções do CFC nº 1.255/09 e nº 1.285/10 e nº 1.319/10 e na NBC ITG 2002 - Entidades Sem Finalidade de Lucro, aprovada pela resolução do CFC nº 1.409/12.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes:

(a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação.

Os ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado.

(b) Ativos financeiros e passivos financeiros

A Entidade possui instrumentos financeiros não-derivativos como caixa e equivalentes de caixa e contas a pagar.

A entidade não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros para fins de reduzir seu grau de exposição a riscos de mercado, de moeda e taxas de juros. Não foram desenvolvidas transações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de especulação.

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do superávit e déficit quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do superávit e déficit quando adquiridos.

(c) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Portanto, as demonstrações contábeis incluem várias estimativas; entre elas, aquelas referentes às avaliações de ativos financeiros pelos seus valores justos, assim como análise dos demais riscos na determinação das demais provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Por serem estimativas, é possível que os resultados reais possam apresentar variações.

(d) Caixa e equivalentes de caixa

São avaliadas pelo custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de liquidez, cujas taxas são factíveis em relação às de mercado.

(e) Imobilizado

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo seu custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos da depreciação e eventuais perdas por ajuste ao valor de realização. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Estão sendo depreciados de acordo com as taxas mencionadas na nota explicativa 5.

A entidade optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído considerando que o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da entidade.

(f) Intangível

O intangível representa custo de marca adquirida junto a terceiros e direitos de uso de software, amortizados com base em vida útil estimada.

(g) Passivos circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratual ou legalmente até a data dos balanços.

(h) Imposto de renda e contribuição social

A Entidade goza de isenção de tributação pelo imposto de renda e contribuição social sobre o resultado por se tratar de uma entidade de classe sem fins lucrativos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa	13.449	3.207
Bancos conta movimento	2	2
Aplicações financeiras	6.365.883	5.872.377
	<u>6.379.334</u>	<u>5.875.586</u>

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

5. Imobilizado

	Taxa anual depreciação (%)	2019			2018
		Custos	Depreciação	Residual	Residual
Móveis e utensílios	10	123.358	(16.555)	106.803	24.949
Instalações	10	35.006	(4.190)	30.816	1.158
Computadores e periféricos	20	121.034	(68.473)	52.561	61.840
		<u>279.399</u>	<u>(89.218)</u>	<u>190.180</u>	<u>87.947</u>

Movimentação do imobilizado - Custo

	2018	Adições	Baixas	Transferência	2019
Móveis e utensílios	65.210	100.457	42.309	-	123.358
Instalações	6.411	32.787	4.192	-	35.006
Computadores e periféricos	125.665	10.001	14.631	-	121.035
	<u>197.286</u>	<u>143.245</u>	<u>61.132</u>	<u>-</u>	<u>279.399</u>

6. Intangível

	Taxa anual amortização (%)	2019			2018
		Custos	Amortização	Residual	Residual
Marcas e patentes	10	70.792	(33.635)	37.157	32.173
Marcas e patentes (aguardando registro)	-	7.972	-	7.972	5.487
Software	20	10.803	(6.835)	3.968	3.781
		<u>89.567</u>	<u>(40.470)</u>	<u>49.097</u>	<u>41.441</u>

Movimentação do intangível - Custo

	2018	Adições	Baixas	Transferência	2019
Marcas e patentes	65.702	13.062	-	-	78.764
Software	9.352	1.451	-	-	10.803
	<u>75.054</u>	<u>14.513</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>89.567</u>

7. Obrigações sociais

	2019	2018
INSS a recolher	40.109	60.134
FGTS a recolher	14.903	23.205
INSS a recolher terceiros	-	-
INSS s/ férias a recolher	36.884	70.753
FGTS s/ férias a recolher	11.571	22.197
	<u>103.467</u>	<u>176.289</u>

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

8. Obrigações tributárias

	2019	2018
IRRF a recolher	46.156	71.779
PIS a recolher	1.863	2.901
ISS a recolher	71	2.752
Contribuição Social s/ Receita	579	1.207
Outros impostos retidos a recolher	14.683	5.770
PIS s/ férias a recolher	1.446	2.775
	<u>64.798</u>	<u>87.184</u>

9. Adiantamento de projetos

	2019	2018
Fundação Bernard Van Leer	53.197	-
Open Society Foundation	640.019	-
Fundação Ford	315.856	313.686
Global Environment Facility - GEF	2.689.728	1.874.544
Instituto Clima e Sociedade	40.755	66.010
União Europeia	-	72.000
	<u>3.739.555</u>	<u>2.326.240</u>

No exercício de 2019, o Instituto Cidades Sustentáveis repactuou o contrato de doação com a Fundação Bernard Van Leer que se estenderá até o exercício de 2020. A Fundação Ford e Open Society Foundation tiveram novos contratos assinados no exercício de 2019 e que terão duração até o exercício de 2021. O contrato com a Global Environmental Facility - GEF assinado no exercício de 2018 tem duração até 2022. O contrato com Instituto Clima e Sociedade assinado em 2018 foi estendido até o exercício de 2020. A receita será apropriada na medida em que os projetos forem avançando e as ações forem sendo cumpridas.

10. Patrimônio social

Composto pelos superávits e déficits obtidos ao longo do período de existência do Instituto.

11. Trabalho voluntário

Conforme Resolução do CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento com uma importante participação em várias ações realizadas pela Entidade.

O montante desse serviço em 2019 corresponde a R\$ 3.314. O valor ora realizado está registrado em contas de resultado específicas.

12. Eventos subsequentes

Conforme atendimento ao CPC 24 – Evento Subsequente, a Administração da Entidade informa que ainda não foi possível identificar alterações significativas nas operações, que possam estar relacionadas a um reflexo da pandemia do Covid-19.

Desta maneira, neste momento não é possível estimar quais os riscos e incertezas aos quais a Entidade estará exposta no curto prazo, devido aos impactos ainda imensuráveis nos negócios.

Contudo a Entidade não descarta que os impactos na economia e mercado em geral decorrentes da pandemia do Coronavírus podem afetar adversamente as operações da Entidade.

Jorge Luiz Numa Abrahão
CPF: 032.643.158-66
Diretor Presidente

Fernanda Natalino
CPF: 055.504.768-78
CRC 1 SP 144709/O-3
Contadora